

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	8
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	9
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidados	13

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, a Companhia e suas controladas operaram normalmente, estando conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.1.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem <i>Curtilment</i> (RS) (i)	(-) <i>Curtilment</i> (RS) (i)	Receita bruta com <i>Curtilment</i> (RS) (i)
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	117.094	89.760	27.334	23,34%	17.719	(6.003)	23.722
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	117.094	89.760	27.334	23,34%	17.774	(6.003)	23.777
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE e Ltda	117.393	89.989	27.403	23,34%	17.841	(6.018)	23859
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	117.094	89.760	27.334	23,34%	17.732	(6.003)	23735
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	117.094	89.760	27.334	23,34%	18.347	(6.003)	24350
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	117.136	89.792	27.344	23,34%	18.805	(6.005)	24810
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	116.282	89.138	27.144	23,34%	18.615	(5.961)	24576
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	117.137	89.793	27.344	23,34%	22.033	(6.005)	28038
Total:		936.324	717.752	218.571	23,34%	148.866	(48.001)	196.867

- (i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas diretas da companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.
(ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 24,38%, superior ao percentual de corte energético (23,34%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* não superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022.

A Companhia e suas controladas entendem que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento da Companhia e suas controladas, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Companhia e suas controladas, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Companhia adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 30 de março de 2026.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	104.929	100.757	201.161	187.923	Fornecedores	14	88.517	18.458	35.289	21.986
Contas a receber	9	150.688	27.552	49.060	38.281	Obrigações fiscais		3.227	945	4.243	1.847
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.537	2.889	3.563	2.957	Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	2.438	1.079
Impostos a recuperar		415	92	765	164	Financiamentos	15	51.458	36.014	51.458	36.014
Adiantamento a fornecedores		-	23	-	24	Passivo de arrendamento	12	-	-	129	115
Despesas antecipadas	10	-	-	1.206	2.720	Outras contas a pagar	14	38	2	5.696	1.174
Outras contas a receber		971	645	1.031	734	Total do passivo circulante		143.240	55.419	99.253	62.215
Redução de capital de investidas a receber	11	-	-	-	-	Financiamentos	15	1.185.510	1.332.106	1.185.510	1.332.106
Dividendos a receber	22	658	357	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	-	20.110	18.068
Total do ativo circulante		261.198	132.315	256.786	232.803	Passivo de arrendamento	12	-	-	46.074	46.204
Despesas antecipadas	10	-	-	16.552	16.552	Total do passivo não circulante		1.185.510	1.332.106	1.251.694	1.396.378
Investimentos em controladas	11	1.672.688	1.770.089	-	-	Patrimônio líquido					
Direito de uso	12	-	-	44.295	45.679	Capital social	17.a	733.322	733.322	733.322	733.322
Imobilizado	13	-	-	1.638.450	1.678.438	Ajuste de avaliação patrimonial	17.e	(102.688)	(237.930)	(102.688)	(237.930)
Total do ativo não circulante		1.672.688	1.770.089	1.699.297	1.740.669	Reserva de lucros	17.b.c	-	19.487	-	19.487
						Prejuízos acumulados	17.b.c	(25.498)	-	(25.498)	-
Total do ativo		1.933.886	1.902.404	1.956.083	1.973.472	Total do patrimônio líquido		605.136	514.879	605.136	514.879
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.933.886	1.902.404	1.956.083	1.973.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	273.344	93.551	306.641	112.518
Custos de operação	19	(231.202)	(56.249)	(253.070)	(70.389)
Lucro bruto		42.142	37.302	53.571	42.129
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.633)	(1.730)	(3.753)	(2.947)
Outras receitas e (despesas) operacionais		24	198	(1.349)	(143)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		40.533	35.770	48.469	39.039
Receitas financeiras	20	18.283	22.358	29.498	25.597
Despesas financeiras	20	(106.707)	(101.808)	(114.719)	(105.006)
Resultado financeiro líquido		(88.424)	(79.450)	(85.221)	(79.409)
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.905	1.014	-	-
Resultado antes dos impostos		(44.986)	(42.666)	(36.752)	(40.370)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(8.234)	(2.296)
Prejuízo do exercício		(44.986)	(42.666)	(44.986)	(42.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		(44.986)	(42.666)	(44.986)	(42.666)
Ajuste de conversão	17.e	135.243	(250.167)	135.243	(250.167)
Reservas de hedge, líquido de impostos	17.d	-	(12.886)	-	(12.886)
Resultado abrangente do exercício		<u>90.257</u>	<u>(305.719)</u>	<u>90.257</u>	<u>(305.719)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Capital Social		Outros resultados abrangentes		Reserva de lucros			
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Ajuste de conversão	Reservas de hedge	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Nota	1.190.518	(573.044)	12.237	12.886	3.647	57.044	-	703.288
Integralização de capital	17.a	-	115.848	-	-	-	-	-	115.848
Ajuste de conversão	17.e	-	-	(250.167)	-	-	1.462	-	(248.705)
Reserva de hedge	17.d	-	-	-	(12.886)	-	-	-	(12.886)
Prejuízo do Exercício	17.c	-	-	-	-	-	-	(42.666)	(42.666)
Absorção do Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	-	(42.666)	42.666	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.190.518	(457.196)	(237.930)	-	3.647	15.840	-	514.879
Ajuste de conversão	17.e	-	-	135.243	-	-	-	-	135.243
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	-	-	(44.986)	(44.986)
Compensação de reserva de reserva legal		-	-	-	-	(3.647)	-	3.647	-
Absorção do Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	-	(15.840)	15.840	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.190.518	(457.196)	(102.687)	-	-	-	(25.499)	605.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(44.986)	(42.666)	(36.752)	(40.370)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação	13	-	-	53.484	26.339
Amortização do direito de uso	12	-	-	1.384	769
Juros sobre financiamentos	15	85.729	74.426	85.729	74.426
Custo de captação apropriado ao resultado	15	2.806	2.182	2.806	2.182
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	5.580	2.795
Amortização do custo da obrigação de desmobilização	13	-	-	569	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	16	-	-	2.042	-
Variação cambial	15	(24.783)	43.351	(24.783)	43.351
Baixa de imobilizado e intangível	13	-	-	2.525	481
Atualização de direito de uso	12	-	-	-	(48)
Resultado de equivalência patrimonial		(2.905)	(1.014)	-	-
		15.861	76.279	92.584	109.925
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(123.136)	(27.552)	(10.779)	(38.281)
Impostos a recuperar		(322)	684	(600)	967
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(648)	(1.613)	(606)	(1.659)
Adiantamento a fornecedores			125	24	33.987
Outras contas a receber		(326)	(458)	(297)	2.527
Despesas antecipadas		23	-	1.514	(19.272)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		70.059	18.330	13.303	19.730
Obrigações fiscais		2.282	896	2.396	(1.662)
Outras contas a pagar		36	(21)	4.521	958
		(36.171)	66.670	102.060	107.220
Caixa (aplicados nas) / gerado pelas atividades operacionais					
Pagamento de juros de financiamentos	15	(42.833)	-	(42.833)	-
Pagamento de juros de arrendamentos	12	-	-	(5.580)	(2.795)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(6.875)	(1.224)
		(79.004)	66.670	46.772	103.201
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento					
Aumento/Baixa de capital em investidas	11	100.004	(294.077)	-	-
Aquisição ao ativo imobilizado	13	-	-	(16.590)	(243.951)
		100.004	(294.077)	(16.590)	(243.951)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de principal de financiamentos	15	(16.828)	-	(16.828)	-
Pagamento de principal de arrendamento	12	-	-	(116)	(81)
Custo de captação de financiamentos	15	-	(23.462)	-	(23.462)
Captação de financiamentos	15	-	96.061	-	96.061
Integralização de capital	17.a	-	115.848	-	115.848
		(16.828)	188.447	(16.944)	188.366
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento					
Aumento / (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100.757	139.741	187.923	140.331
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		104.929	100.757	201.161	187.923
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	(24)	-	(24)
		4.172	(38.960)	13.238	47.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., anteriormente denominada (Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.), (“Companhia”) foi constituída em 27 de dezembro de 2021, na forma de sociedade de capital anônima fechada domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Monções, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105 Andar 7, CEP 04571-900.

A Companhia tem como acionistas a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. detentora de 60%, Hydro Rein Boa Sorte Holding B.V detentora de 30% e a Albras – Alumínio Brasileiro S.A. detentora de 10% e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos conforme apresentados abaixo:

- Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda;
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda;
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda;
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda;
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda;
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda;
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda; e
- Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.

As movimentações dos investimentos em controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O grupo obteve autorização para início da operação comercial em 07 de março de 2024 e teve sua operação dedicada ao suprimento de contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre no mercado de curto prazo durante o ano de 2025. A partir de janeiro de 2025 a Companhia iniciou o atendimento ao contrato de venda de energia firmado junto à Albras Alumínio Brasileiro S.A., com prazo de 20 anos iniciando em 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2044, na modalidade de autoprodução.

A obtenção do *substantial completion*, cujo qual estabelece o marco no qual os ativos fixos estão em condições pretendidas pela administração para entrar em operação e iniciar a depreciação ocorreu em 01 de julho de 2024.

1.1 Curtailment

A Companhia está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livres. As controladas encontram-se em processo de fechamento contratual para fornecimento da energia gerada.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada direta:

<i>Usina</i>	<i>Companhia</i>	<i>CEG ANEEL</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Estimativa de geração (MW/médio)</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Fase do Projeto</i>
UFV Boa Sorte 1	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9183-7.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 2	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9185- 3.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 3	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9186- 1.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 4	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9187- 0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 5	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9188- 8.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 6	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9189- 6.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 7	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9190- 0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 8	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04 9191-8.01	13/12/2021 a 13/12/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas (a)	País	Participação acionária %			
		2025		2024	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%

As investidas contemplam o projeto Boa Sorte.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo.
- Hedge de fluxo de caixa mensurada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Dólar norte-americano (USD), refletindo a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera, conforme disposto no CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Companhia. Para fins de apresentação, os saldos foram convertidos de USD para BRL de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data do balanço;
- (ii) receitas e despesas foram convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos períodos; e
- (iii) o patrimônio líquido foi convertido pelas taxas históricas.

As variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, na rubrica de ajuste acumulado de conversão.

Para fins de conversão das demonstrações financeiras, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2025 R\$ 5,5024/USD
- Taxa média do período findo em 31 de dezembro de 2025: R\$ 5,5879/USD

Adicionalmente, para fins de referência e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, na nota explicativa nº26, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício em sua moeda funcional (USD).

Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), e todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de Uso e Arrendamentos - Nota explicativa nº 12:** Estimativa da taxa de desconto implícita utilizada no cálculo do valor presente;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº 13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 16:** Refere-se às principais premissas na mensuração de custos prováveis, descontados a valor presente, representando, assim, a saída futura de recursos necessários para a entrega do terreno arrendado nas condições iniciais previstas no contrato;
- **Instrumentos financeiros - Nota explicativa nº 23 –** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, A Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se A Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita de contrato com cliente

Reconhecimento de receita

As receitas são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de qualquer contraprestação variável. A receita é reconhecida mensalmente e quando há evidências convincentes de que houve:

- identificação dos direitos e obrigações no contrato com o cliente.
- identificação das obrigações de desempenho no contrato.
- determinação do preço para cada tipo de transação.
- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estabelecidas no contrato;
- cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas no contrato, seja dentro de um período específico ou ao longo da vigência do contrato. A receita não é reconhecida se houver incertezas significativas quanto à sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

A Companhia firmou um PPA (*Purchase Price Agreement*) em Dólar em ambiente de contratação livre, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar americano. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, a moeda funcional da Companhia é o Dólar americano, desta forma a operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto, não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d) Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Holdings

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – SPEs

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende tanto o imposto de renda e a contribuição social correntes quanto os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de empréstimos capitalizados, líquidos de depreciação acumulada e perda do valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens de propriedade, planta e equipamento, utilizando o método linear com base na vida útil estimada pela Administração da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A, que representa o período durante o qual os ativos operacionais gerarão benefícios econômicos, conforme a tabela abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	de acordo com a vigência da outorga de exploração
--	---

A taxa de depreciação do item Usina Fotovoltaica representa a vida útil do ativo como uma unidade operacional e inclui todas as despesas necessárias para a construção e início de operação da usina.

A depreciação é reconhecida no resultado. Devido às limitações legais impostas pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados ao longo do menor entre a vida útil estimada do ativo e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados em cada data de balanço e ajustados se necessário.

f) Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de hedge (*hedge accounting*) com o intuito de proteger os futuros desembolsos para aumento de capital nas controladas necessários para as aquisições de equipamentos para a implementação das usinas fotovoltaicas. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – NDF (Non Deliverable Forward). Os contratos foram totalmente liquidados no exercício de 2024.

No início de relacionamento do hedge designado, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica Outros resultados abrangentes, e são limitadas ao índice designado para o item protegido. A Administração designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de hedge acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

g) Ativos não circulantes disponíveis para venda

Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são registrados sob os respectivos títulos e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda, sendo classificados como ativos circulantes.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. mensura a provisão para perdas em contas a receber e ativos contratuais em um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vida útil, exceto para depósitos bancários com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados com base na perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e

disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- Os ativos financeiros são considerados em default pela Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. quando é extremamente improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. sem que seja necessário recorrer a ações como a realização de garantias (se houver).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado estão enfrentando problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorrem.

Evidências de que um ativo financeiro está comprometido por crédito incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou tomador.
- violação de convenções, como inadimplência ou pagamentos em atraso.
- é provável que o devedor entre em falência ou em outra reestruturação financeira; ou
- desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas esperadas com crédito no balanço patrimonial

A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixas

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos à cobrança de crédito, em conformidade com os procedimentos da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. avalia se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços separados relativos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo arrendado e uma obrigação de arrendamento que representa sua obrigação de realizar os pagamentos de arrendamento. No caso da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. os ativos de direito de uso e suas respectivas obrigações de arrendamento referem-se ao terreno onde os parques fotovoltaicos estão localizados.

A Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. adota os seguintes critérios para o reconhecimento e a mensuração inicial de ativos e passivos:

- Reconhecimento de uma obrigação de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. As obrigações de arrendamento foram mensuradas pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento restantes, descontados usando taxas de juros incrementais, para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa de juros incremental nominal estabelecida foi, em média, 12,75% ao ano.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se a Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado

num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.**
- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* – PPAs), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	39.479	91.127	41.854	101.163
Aplicações financeiras curto prazo (b)	65.450	9.630	159.307	86.760
Caixa e equivalentes de caixa	104.929	100.757	201.161	187.923

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 100% em 31 de dezembro de 2025 (98% em 31 de dezembro de 2024) ao ano, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes – ACL (a)	14.350	26.222	45.982	36.951
Contas a receber de clientes – MCP (b)	3.078	1.330	3.078	1.330
Contas a receber – swap (c)	27.864	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas (d)	105.396	-	-	-
Contas a receber de clientes	150.688	27.552	49.060	38.281

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1. A Companhia possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2026.

- (b) Refere-se à exposições de energia liquidadas no Mercado de Curto Prazo (MCP) junto à CCEE.
- (c) Refere-se ao contas a receber de contrato de swap.
- (d) Conforme nota explicativa nº 22.

A Companhia entende que não há risco de crédito com recebíveis. Portanto, não reconheceu nenhum valor como provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há histórico de inadimplência com as notas comerciais da CCEE. Além disso, não são esperadas perdas e não há títulos em atraso.

10 Despesas antecipadas

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Seguros antecipados (a)	1.206	2.720
Arrendamentos antecipados (b)	16.552	16.552
Total	17.758	19.272
Circulante	1.206	2.720
Não circulante	16.552	16.552

- (a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.
- (b) Mediante negociação entre o Grupo e o arrendador das terras na qual o parque fotovoltaico está instalado, foram antecipados o pagamento dos últimos 5 anos do contrato de arrendamento. O Grupo irá amortizar o saldo antecipado ao final do período de arrendamento.

11 Investimento

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	229.254	1.022	229.255
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	215.598	(233)	215.598
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	211.463	(12)	211.462
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	211.268	(72)	211.268
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	201.812	424	201.813
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	202.587	719	202.586
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	201.305	335	201.304
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	199.401	722	199.402
Total		1.672.688	2.905	1.672.688

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	285.199	219	285.199
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	222.193	334	222.193
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	217.766	227	217.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	215.405	(429)	215.405
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	206.891	353	206.891
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	207.568	144	207.568
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	207.902	740	207.902
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	207.045	(574)	207.045
Total		1.770.089	894	1.770.089

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Composição do investimento	Part. %	2024	Aumento/ Redução de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2025
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	285.199	(56.966)	1.022	-	229.255
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	222.193	(6.362)	(233)	-	215.598
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	217.766	(6.292)	(12)	-	211.462
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	215.405	(4.065)	(72)	-	211.268
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	206.891	(5.502)	424	-	201.813
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	207.568	(5.669)	719	(32)	202.586
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	207.902	(6.783)	335	(626)	201.304
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	207.045	(8.365)	722	-	199.402
Total		1.770.089	(100.104)	2.905	(658)	1.672.688

Composição do investimento	Part. %	2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2024
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	280.475	4.505	219	-	285.199
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	183.617	38.242	334	-	222.313
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	180.232	37.307	227	-	217.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	167.700	48.134	(429)	-	215.405
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	170.586	35.952	353	-	206.891
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	169.634	37.790	144	-	207.568
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	163.657	43.982	740	(357)	207.902
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	159.454	48.165	(574)	-	207.045
Total		1.475.355	294.077	894	(357)	1.770.089

2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	299.042	69.787	229.255	1.022
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	231.704	16.106	215.598	(233)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	227.479	16.017	211.462	(12)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	226.075	14.807	211.268	(72)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	218.459	16.646	201.813	424
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	219.343	16.757	202.586	719
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	219.502	18.198	201.304	335
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	218.544	19.142	199.402	722
Total dos investimentos	1.860.148	187.460	1.672.688	2.905

2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	295.493	10.294	285.199	219
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	231.896	9.703	222.193	334
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	227.196	9.430	217.766	227
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	224.973	9.568	215.405	(429)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	216.667	9.776	206.891	353
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	217.129	9.561	207.568	144
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	218.070	10.168	207.962	620
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	216.631	9.586	207.045	(574)
Total dos investimentos	1.848.055	78.086	1.769.969	894

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização dos saldos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	45.679	-	(1.384)	44.295
Total do ativo	45.679	-	(1.384)	44.295
	Reconhecimento inicial	Atualização dos saldos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	52.522	(6.074)	(769)	45.679
Total do ativo	52.522	(6.074)	(769)	45.679

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	46.203	46.319
Total	46.203	46.319
Circulante	129	115
Não circulante	46.074	46.204

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024*

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada abaixo:

2025						
	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização dos saldos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	46.319	-	(116)	(5.580)	5.580	46.203
Total	46.319	-	(116)	(5.580)	5.580	46.203
2024						
	Reconhecimento inicial	Atualização dos saldos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	52.522	(6.122)	(81)	(2.386)	2.386	46.319
Total	52.522	(6.122)	(81)	(2.386)	2.386	46.319

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,75% a.a.

13 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil consolidado

Custo de aquisição:	2023	Adições	Baixas	2024	Ajuste	Adições (a)	Transferência	Baixas	2025
Imobilizado em construção (a)	1.498.846	188.209	(346)	1.686.709	2	15.774	(1.702.485)	-	-
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	559	1.702.485	(2.525)	1.700.519
Desmobilização de ativos	-	18.068	-	18.068	(2)	257	-	-	18.323
Total do imobilizado	1.498.846	206.277	(346)	1.704.777	-	16.590	-	(2.525)	1.718.842
Depreciação acumulada:	2023	Adições	Baixas	2024	Ajuste	Adições	Transferência	Baixas	2025
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	-	(26.339)	-	(26.339)	-	(53.484)	-	-	(79.823)
Desmobilização de ativos	-	-	-	-	-	(569)	-	-	(569)
Total da depreciação acumulada	-	(26.339)	-	(26.339)	-	(54.053)	-	-	(80.392)
Total do imobilizado	1.498.846	179.938	(346)	1.678.438	-	(37.463)	-	(2.525)	1.638.450

(a) As adições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

Em 01 de julho de 2024 as controladas da Companhia concluíram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.e

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 9,50%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços e materiais (a)	9	155	3.644	2.256
Compra de energia contrato de swap (b)	29.127	11.642	31.474	19.730
Fornecedores – partes relacionadas (c)	59.381	6.661	171	-
Total de fornecedores	88.517	18.458	35.289	21.986
Outras contas a pagar (d)	38	2	5.696	1.174
Total outras contas a pagar	38	2	5.696	1.174
Total fornecedores e outras contas a pagar	88.555	18.460	40.985	23.160

- a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção das Usinas Fotovoltaicas nas Companhias controladas.
- b) Compra de energia de contratos de swap de energia.
- c) Refere-se a compra de energia das controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.
- d) O saldo consolidado refere-se basicamente à serviços de operação e manutenção (O&M) de R\$ 5.603 e serviços a faturar de R\$ 93.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

15 Financiamentos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2025	2024
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:		
Financiamentos		
Saldo inicial	1.368.120	926.880
Captação de financiamentos	-	96.061
Pagamento principal	(16.828)	-
Juros incorridos	85.729	74.426
Juros Pagos	(42.833)	-
Custo de captação incorrido	2.806	2.182
Custo de captação	-	(23.462)
Variação cambial	(160.026)	292.033
Saldo final – Passivo não circulante	1.236.968	1.368.120
Circulante	51.458	36.014
Não circulante	1.185.510	1.332.106

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Empréstimos	4,25%+ 2,28 % a.a.	Nov/2053	<u>1.236.968</u>	<u>1.368.120</u>
			<u>1.236.968</u>	<u>1.368.120</u>

A Companhia, celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD210.594, equivalente à R\$ 1.120.000, dos quais 100% já foram desembolsados entre 2023 e 2024, remunerados a taxa fixa ponderada do BNDES de 4,25% acrescido de *spread* de crédito de 2.28% O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNDES, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNDES correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Credit Agricole Brasil S.A. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNDES, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da Tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Boa Sorte Comercializadora), com solidariedade com as SPEs uma vez satisfeito o pagamento pelos Fiadores do BNDES em decorrência da honra da fiança;
- Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
- Fiança bancária para diferença entre equity aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total.

Cronograma de amortização da dívida:

Vencimento em:	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
2026	-	-
2027	74.094	78.359
2028	74.094	78.359
2029	74.094	78.359
2031 até 2043	963.228	1.018.670
	1.185.510	1.332.106

16 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas do grupo tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, o Grupo realizou o reconhecimento da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$ 2.042. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 12,23%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 20.110, conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	18.068	-
Reconhecimento	2.042	18.068
Saldo final	20.110	18.068

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.190.518, representado por 1.190.518 ações, nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 733.322 (R\$ 733.322 em 31 de dezembro de 2024). Sua controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. com participação de 60% do capital social da Companhia. Os 40% restantes pertencem a Albras S.A com 10% e a Hydro Rein Boa Sorte Holding B.V com 30%.

Não ocorreram subscrição de capital social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 capital social no montante de R\$ 0 (R\$ 115.848 em 31 de dezembro de 2024), mediante transferência bancária realizadas pelas acionistas.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízo e conseqüentemente não destinou saldos para reserva legal.

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia absorveu o prejuízo do exercício no montante de R\$ 15.840 e apresentou reserva de retenção de lucros R\$ 0 (R\$15.840 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reservas de hedge

A Companhia liquidou em 2024 seus compromissos financeiros com suas controladas e finalizou as operações com derivativos por meio de Non-deliverable Forwards (NDF). Diante disso, a Companhia não apresentou novos saldos de reservas de hedge.

e. Ajuste de conversão

Mediante os ajustes de conversão realizados pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme estabelecido na nota explicativa nº 4, a Companhia apresentou saldo de ganhos no montante de R\$ 135.243 (perdas de R\$ 250.167 em 31 de dezembro de 2024) e possui saldos acumulados de R\$ 102.687 negativos em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 237.930 em 31 de dezembro de 2024).

18 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL) (a)	168.131	89.329	168.131	107.126
Receita de contratos de swap de energia (b)	113.867	-	151.942	-
Receita contrato de energia (MCP)	19.230	13.848	19.886	17.554
Impostos sobre venda	(27.884)	(9.626)	(33.318)	(12.162)
Total	273.344	93.551	306.641	112.518

- (a) Receita proveniente da operação firmada bilateralmente em ambiente de contratação livre (ACL);
(b) As receitas de swap de energia referem-se a operações realizadas pela Companhia para adequar o perfil da energia gerada ao perfil de consumo dos clientes, por meio da troca de energia entre diferentes submercados, curva de geração e tipo de energia. Nessas operações, ocorre a transferência efetiva de energia, sendo reconhecida receita pela venda da energia transferida e custo pela energia adquirida (nota explicativa nº 20);

Em 2025 a Companhia comercializou 2.222 GW, (634 MW em 2024) e as controladas da Companhia geraram 270.548 MW em 2025 (343.845 MW em 2024).

19 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização	-	-	(55.437)	(27.108)
Operação e manutenção	(168)	(1.876)	(11.827)	(9.136)
Compra de energia para revenda (a)	(120.112)	(6.141)	(150.300)	(18.177)
Compra de energia para revenda – partes relacionadas (d)	(110.127)	(47.983)	-	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(472)	(40)	(24.413)	(10.541)
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(1.467)	(109)
Serviços técnicos	(323)	-	(3.085)	-
Custos de locação de terras (c)	-	-	(235)	(191)
Seguros	-	(209)	(6.150)	(4.457)
Custo de aporte em garantia	-	-	(156)	(670)
Total	(231.202)	(56.249)	(253.070)	(70.389)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(215)	(213)	(996)	(1.059)
Serviços técnicos	(15)	(126)	(70)	(127)
Assessoria e advogados	(737)	(469)	(1.575)	(581)
Impostos e taxas	-	(753)	-	(789)
Taxas	(163)	-	(69)	-
Propaganda e publicidade	(133)	-	(133)	-
Despesas com viagens	-	(1)	(451)	(349)
Outras despesas	(370)	(168)	(459)	(236)
Reversão de despesas	-	-		194
Total	(1.633)	(1.730)	(3.753)	(2.947)

- (a) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato.
- (b) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- (c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- (d) Refere-se a compra de energia das controladas da Companhia para cumprimento de contrato de fornecimento de energia, conforme nota explicativa nº 22. A variação a maior em 2025 refere-se ao fato de as controladas terem iniciado a sua operação de geração de energia.

20 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.207	5.164	13.231	6.170
Outras receitas financeiras	148	-	151	-
Ganhos com derivativos financeiros	-	16.640	-	16.640
Variação cambial ativa (a)	15.928	554	16.116	2.787
	18.283	22.358	29.498	25.597
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(172)	-	(562)	-
Carta de crédito e despesas bancárias	(17.961)	(964)	(17.961)	(1.263)
Juros de empréstimos (b)	(85.768)	(74.426)	(85.768)	(74.426)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(5.580)	(2.795)
Custo de captação incorrido	(2.806)	(2.182)	(2.806)	(2.182)
Atualização monetária para desmobilização	-	-	(2.042)	-
Variação cambial passiva (a)	-	(24.236)	-	(24.340)
Total	(106.707)	(101.808)	(114.719)	(105.006)

Resultado financeiro, líquido	<u>(88.424)</u>	<u>(79.450)</u>	<u>(85.221)</u>	<u>(79.409)</u>
--------------------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

- (a) O Grupo possui saldos em moeda estrangeira de financiamentos. Devido às oscilações cambiais, as variações cambiais positivas são demonstradas como receita financeira e as negativas como despesas financeiras. Logo, o valor líquido destas variações consolidadas foi positiva em R\$ 16.116 (R\$21.553 negativa em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

21 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social do Grupo é de R\$2.438 (R\$1.079 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a) Valores reconhecidos no resultado do exercício

i. Controladora

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(44.986)	(42.666)
<i>Adições:</i>		
Provisões não dedutíveis temporariamente	22	18
Equivalência patrimonial	24.482	(1.014)
Variação cambial passiva não realizada	101.461	314.737
Variação cambial ativa realizada	197	10.953
Ajuste de conversão de moeda	340.656	34.311
Despesas não dedutíveis		-
<i>Exclusões:</i>		
Provisões não dedutíveis temporariamente	-	(41)
Equivalência patrimonial	(27.388)	-
Variação cambial ativa não realizada	(253.576)	(42.950)
Variação cambial passiva realizada	(2.484)	(7)
Ajuste de conversão de moeda	(372.986)	(283.245)
Reversão de provisão	(22)	-
Exclusões permanentes	(147)	(226)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(234.768)	(9.904)
Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social	(234.768)	(9.904)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Alíquota efetiva	-	-

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 274.135 (R\$39.367 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia não constitui impostos diferidos ativos referentes a prejuízos fiscais dado que por ser uma holding e comercializadora, seu lucro é basicamente resultado de equivalência, que é um resultado não tributável. A Companhia não apresenta expectativa de lucros tributáveis.

ii. Consolidado

Apuração pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita bruta (a)	148.867	69.486
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	11.909	5.559
Presunção da contribuição social – 12% (c)	17.864	8.338
Demais receitas – (d)	11.024	529
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	22.933	6.088
Imposto de renda a alíquota de 15%	(3.440)	(913)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(2.281)	(585)
Total IRPJ	(5.721)	(1.498)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	28.888	8.867
Contribuição social a alíquota de 9%	(2.600)	(798)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(8.234)	(2.296)
Alíquota efetiva (*)	5%	3%

22 Partes relacionadas

a) Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b) Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c) Operações com partes relacionadas

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receita/(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	56.996	-	-	-	(312)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE LTDA	6.363	-	7.437	841	(13.753)	(6.269)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE LTDA	6.263	-	7.474	841	(13.819)	(6.285)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE LTDA	5.053	-	7.532	832	(13.895)	(6.213)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE LTDA	6.859	-	7.437	842	(13.763)	(5.920)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE LTDA	6.859	-	7.448	827	(13.763)	(6.267)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE LTDA	6.823	-	7.015	827	(13.375)	(6.028)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE LTDA	7.721	-	7.408	824	(13.646)	(5.736)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE LTDA	9.317	-	7.450	827	(13.731)	(5.265)
	105.394	-	59.201	6.661	(110.057)	(47.983)
<i>(ii) Dividendos</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE LTDA	31	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE LTDA	627	357	-	-	-	-
	658	357	-	-	-	-
Total	106.052	357	59.201	6.661	(110.057)	(47.983)
	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receita/(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	(2.496)	-
Total	-	-	-	-	(2.496)	-

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação contábil e valores justos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de Covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas periodicamente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

		2025 - Controladora		2024 - Controladora		
Nota		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros						
	Caixa e equivalentes de caixa	8	65.450	39.479	9.630	91.127
	Contas a receber	9	-	150.688	-	27.552
	Outras contas a receber	-	-	971	-	645
	Dividendos a receber	22	-	658	-	357
	Total		65.450	191.796	9.630	119.681
 Passivos financeiros						
	Fornecedores	14	-	88.517	-	18.458
	Empréstimos e financiamentos	15	-	1.236.968	-	1.368.120
	Outras contas a pagar	14	-	38	-	2
	Total		-	1.325.523	-	1.386.580
		2025 – Consolidado		2024 – Consolidado		
Nota		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativos						
	Caixa e equivalentes de caixa	8	159.307	41.854	86.760	101.163
	Contas a receber	9	-	49.060	-	38.281
	Outras contas a receber	-	-	1.031	-	734
	Total		159.307	91.945	86.760	140.178
 Passivos						
	Fornecedores	14	-	35.289	-	21.986
	Empréstimos e financiamentos	15	-	1.236.968	-	1.368.120
	Passivo de arrendamento	12	-	46.203	-	46.319
	Outras contas a pagar	14	-	5.696	-	1.174
	Total		-	1.324.156	-	1.437.599

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível hierárquico do valor justo	2025 – Controladora		2024 – Controladora	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	104.929	104.929	100.757	100.757
Contas a receber	Nível 2	150.688	150.688	27.552	27.552
Dividendos a receber	Nível 2	658	658	357	357
Outras contas a receber	Nível 2	971	971	645	645
Total		257.246	257.246	129.311	129.311
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	88.517	88.517	18.458	18.458
Financiamentos	Nível 2	1.236.968	1.236.968	1.368.120	1.368.120
Outras contas a pagar	Nível 2	38	38	2	2
Total		1.325.523	1.325.523	1.386.580	1.386.580

	Nível hierárquico do valor justo	2025 - Consolidado		2024 – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	201.161	201.161	187.923	187.923
Contas a receber	Nível 2	49.060	49.060	38.281	38.281
Outras contas a receber	Nível 2	1.031	1.031	734	734
Total		251.252	201.161	226.938	226.938
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	35.289	35.289	21.986	21.986
Financiamentos	Nível 2	1.236.968	1.236.968	1.368.120	1.368.120
Passivo de arrendamento	Nível 2	46.203	46.203	46.319	46.319
Outras contas a pagar	Nível 2	5.696	5.696	1.174	1.174
Total		1.324.156	1.324.156	1.437.599	1.437.599

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

a) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava comprada em Reais do Brasil (BRL) por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

A Companhia não possui derivativos em aberto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Gestão de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos, instituições financeiras e derivativos é administrado pela tesouraria, bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com políticas estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Contas a receber

As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras, bem como contratos com mecanismos robustos de controle de inadimplência. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	104.929	100.757	201.161	187.923
Contas a receber	9	150.688	27.552	49.060	38.281
Outras contas a receber		971	645	1.031	734
Dividendos a receber	22	658	357	-	-
Total		257.246	129.311	251.252	226.938

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	2 - 5 Anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	88.517	88.517	88.517	-	-	-
Financiamentos	1.236.968	2.382.934	127.614	355.890	599.649	1.299.781
	38	38	38			
Outras contas a pagar				-	-	-
Total	1.325.523	2.471.489	216.169	355.890	599.649	1.299.781

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

31 de dezembro de 2024

Controladora

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	18.458	18.458	18.458	-	-	-
Financiamentos	1.368.120	2.417.084	56.301	338.861	594.244	1.424.678
Outras contas a pagar	2	2	2	-	-	-
Total	2.435.544	2.435.544	74.761	338.861	594.244	1.424.678

31 de dezembro de 2025

Consolidado

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 anos ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	35.289	35.289	35.289	-	-	-
Financiamentos	1.236.968	2.382.934	127.614	355.890	599.649	1.299.781
Passivo de arrendamento	46.203	46.203	46.203	-	-	-
Outras contas a pagar	5.696	5.696	5.696	-	-	-
Total	1.324.156	2.470.122	214.802	355.890	599.649	1.299.781

31 de dezembro de 2024

Consolidado

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 Anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	21.986	21.986	21.986	-	-	-
Financiamentos	1.368.120	2.417.084	56.301	338.861	594.244	1.424.678
Passivo de arrendamento	46.319	46.319	46.319	-	-	-
Outras contas a pagar	1.174	1.174	1.174	-	-	-
Total	1.437.599	2.486.563	125.780	338.861	594.244	1.424.678

(iii) *Risco operacional*

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado sem instrumentos de proteção das oscilações.

(v) *Risco cambial*

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

(vi) *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade de índices indexadores

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário	Sensibilidade		
		Provável	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Controladora	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Empréstimos e financiamentos	CDI	1.236.968	1.388.497	189.411	227.293	(189.411)	(227.293)
Aplicações financeiras	CDI	65.450	73.468	10.022	12.026	(10.022)	(12.026)

Consolidado	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Empréstimos e financiamentos		1.236.968	1.388.497	189.411	227.293	(189.411)	(227.293)
Aplicações financeiras	CDI	159.307	178.822	24.394	29.273	(24.394)	(29.273)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Focus

24 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro em 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

Em 31 de dezembro de 2025 as investidas da Companhia são parte em uma ação judicial de natureza civil, proposta por corretores de imóveis que solicitam pagamento de indenização por suporta intermediação na assinatura do contrato de direito real de superfície, A avaliação de risco possível de perda pelos assessores jurídicos da Companhia é de R\$ 15.401

25 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Instrumentos derivativos ativo	24	-	19.524	-	19.524
Instrumentos derivativos passivo	24	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	(6.638)	-	(6.638)
Ajuste de avaliação patrimonial	17	-	(12.886)	-	(12.886)
Ajuste de conversão	17	135.243	(248.682)	135.243	(248.682)
Variação cambial	15	(135.243)	292.033	(135.243)	292.033
Provisão para desmobilização	16	-	-	-	18.068
Fornecedores	14	-	-	-	(55.742)
Desmobilização de ativos	13	-	-	-	(18.068)
Aquisição de imobilizado	13	-	-	-	55.742

26 Informações complementares as demonstrações contábeis

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A
Balancos patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de dólares americanos)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Ativo					Passivo				
Caixa e equivalentes de caixa	19.070	16.271	36.559	30.348	Fornecedores	16.087	2.981	6.413	3.550
Contas a receber	27.385	4.449	8.916	6.182	Obrigações fiscais	585	153	771	298
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	643	467	648	477	Imposto de renda e contribuição social	-	-	443	174
Impostos a recuperar	76	11	142	26	Financiamentos	9.352	5.816	9.352	5.816
Adiantamento a fornecedores	-	8	-	695	Passivo de arrendamento	-	-	24	19
Despesas antecipadas	-	-	219	439	Outras contas a pagar	7	-	1.037	90
Outras contas a receber	176	104	187	119	Total do passivo circulante	26.031	8.950	18.040	10.047
Redução de capital de investidas a receber	-	-	-	-	Financiamentos	215.453	215.123	215.453	215.123
Dividendos a receber	120	58	-	-	Provisão para desmobilização	-	-	3.655	2.918
Total do ativo circulante	47.470	21.368	46.671	38.286	Passivo de arrendamento	-	-	8.373	7.461
Despesas antecipadas	-	-	3.008	2.673	Total do passivo não circulante	215.453	215.123	227.481	225.502
Investimentos em controladas	303.992	285.853	-	-	Patrimônio líquido				
Direito de uso	-	-	8.050	7.377	Capital social	147.414	147.414	147.414	147.414
Imobilizado	-	-	297.770	270.361	Ajuste de avaliação patrimonial	(33.819)	(68.909)	(33.819)	(68.909)
Total do ativo não circulante	303.992	285.853	308.828	280.411	Reserva de lucros	-	4.643	-	4.643
					Prejuízos acumulados	(3.617)	-	(3.617)	-
					Total do patrimônio líquido	109.978	83.148	109.978	83.148
Total do ativo	351.462	307.221	355.499	318.697	Total do passivo e patrimônio líquido	351.462	307.221	355.499	318.697

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A

Demonstrações de resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de dólares americanos)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	49.139	6.640	55.120	19.920
Custos de operação	(41.980)	(10.033)	(45.636)	(12.070)
Lucro bruto	7.159	6.607	9.484	7.850
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(294)	(307)	(677)	(649)
Outras receitas e (despesas) operacionais	4	31	(255)	(27)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	6.869	6.331	8.552	7.174
Receitas financeiras	3.180	4.407	5.187	4.980
Despesas financeiras	(19.092)	18.834	(20.520)	(19.426)
Resultado financeiro líquido	(15.912)	(14.427)	(15.333)	(14.446)
Resultado de equivalência patrimonial	773	412	-	-
Resultado antes dos impostos	(8.270)	(7.684)	(6.781)	(7.272)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	3	(1.479)	(409)
Prejuízo do exercício	(8.260)	(7.681)	(8.260)	(7.681)

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	Consolidado					Total
	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	
TUST/TUSD (a)	1.725	1.802	1.872	1.936	84.596	91.931
Seguros e garantias (b)	565	588	610	315	13.761	15.839
Compra de Energia (c)	68	12	5	29	3.766	3.880
Contratos de (O&M) (d)	974	1.004	943	988	47.462	51.371
Arrendamento (e)	73	205	596	601	10.199	11.674
Outros (f)	1.579	1.467	758	669	28.768	33.241
Total	4.984	5.078	4.784	4.538	188.552	207.936

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de Energia

O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos.

d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

f) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *